



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (CFCH)  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ENTRE O DIÁLOGO E A REGULAÇÃO: A POLISSEMIA DO CONCEITO  
DE PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA A PARTIR DO  
JORNALISMO EDUCACIONAL

JENNIFER TOLENTINO DE SÁ SANTOS

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Elaine Constant

Rio de Janeiro  
2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (CFCH)  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ENTRE O DIÁLOGO E A REGULAÇÃO: A POLISSEMIA DO CONCEITO  
DE PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA A PARTIR DO  
JORNALISMO EDUCACIONAL

JENNIFER TOLENTINO DE SÁ SANTOS

**Monografia apresentada à Faculdade de  
Educação da UFRJ como requisito parcial à  
obtenção do título de Licenciada em  
Pedagogia.**

**Orientadora: Profª Elaine Constant**

**Rio de Janeiro  
2018**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (CFCH)**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**ENTRE O DIÁLOGO E A REGULAÇÃO: A POLISSEMIA DO CONCEITO  
DE PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA A PARTIR DO  
JORNALISMO EDUCACIONAL**

**JENNIFER TOLENTINO DE SÁ SANTOS**

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Elaine Constant**

---

**Professora convidada: Ana Ivenick**

---

**Professora convidada: Daniela Patti**

**Rio de Janeiro**

**2018**

*Dedico este trabalho aos meus pais, José Carlos e Ana e ao meu irmão, Douglas, por serem meus exemplos e me incentivarem diariamente através disso. E, aos meus avós, por serem as pessoas que desejo sempre orgulhar.*

## **Agradecimentos**

A Deus por ser minha fonte de fé e força e mandar sinais de sua presença e apoio em toda minha trajetória.

Aos meus pais, pelo amor, pelo apoio extraordinário e por todas as atitudes diárias de incentivo. Sem eles, nada seria possível.

Ao meu irmão, que com todas as diferenças, sempre foi ídolo e inspiração de ser humano e profissional.

Aos meus avós, por serem minha motivação.

A minha orientadora Elaine, pelo suporte, correções, contribuições, incentivos e aos integrantes do PNAIC, por terem propiciado risos e tardes maravilhosas.

A Juliana Caminha, amiga de infância, que se faz presente em todos os bons e maus momentos para sempre melhorá-los com risos e me incentiva a ser um ser humano melhor.

A Monaliza Barbosa, companheira acadêmica e profissional, que tornou cada etapa dessa difícil jornada mais engraçada e feliz.

A Andréia Rodrigues, anjo que a partir da minha primeira experiência profissional só contribui pro bem da minha formação pessoal e profissional.

As minhas amigas de jornada acadêmica que fizeram tudo valer à pena.

Aos meus poucos e ótimos amigos que se fazem presente em outro âmbito da vida e agregam em amor.

As pessoas que participaram e contribuíram para minha formação e levo na memória e no coração.

*Concedei-me, Senhor, a serenidade necessária  
Para aceitar as coisas que não posso modificar  
Coragem para modificar aquelas que posso e  
Sabedoria para distinguir umas das outras.*  
Reinhold Neibuhr (1950)

## **RESUMO**

Esse trabalho está inserido nas análises sobre a interação entre as Instituições Sociais, em especial, a Família e a Escola. O objetivo do estudo foi compreender os sentidos dados ao conceito de participação na Família e na Escola, a partir das matérias, relacionadas ao tema, divulgadas pelo jornalismo educacional. O trabalho buscou refletir sobre o papel social das instituições sociais por meio do conceito de participação. Diante do tema, foram pesquisadas dez matérias jornalísticas publicadas por diferentes empresas de comunicação sobre o assunto. Esses se mostram como meios de comunicação de intensa divulgação. Assim, foi fundamental entender a forma como tais textos tratam da temática da participação. O estudo mostrou que o conceito é polissêmico, pois, de acordo com cada instituição, a concepção sobre esse conceito pode assumir a ideia de diálogo ou fiscalização, melhor dizendo, regulação. Nesse sentido, concluiu-se que os discursos midiáticos informam sobre educação, contudo, caracterizando-a sem expor dados que avaliam melhor as particularidades das Instituições brasileiras. Além disso, buscou-se problematizar a polissemia do conceito de participação da família na escola. Para tais objetivos, utilizou-se, na pesquisa, a busca do conceito na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases de 1996, como também os entendimentos, a partir de referencial bibliográfico que trata da importância da cultura e da valorização do capital cultural presente na Escola.

**Palavras chaves:** Participação. Família e escola. Jornalismo educacional.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>FAMÍLIA E ESCOLA NO JORNALISMO EDUCACIONAL: DEBATES SOBRE O</b>	
<b>CONCEITO DE PARTICIPAÇÃO .....</b>	<b>11</b>
1.1 - Família, Escola e o conceito de participação na legislação nacional e no jornalismo educacional .....	11
1.2 – Família e o jornalismo educacional: um tema e várias concepções .....	16
1.3 – Famílias ou “pais”: diferentes formas de abordar o desempenho escolar .....	19
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>PARTICIPAÇÃO NA ESCOLA: UMA PRÁTICA SOCIAL E CULTURAL EM</b>	
<b>DEBATE .....</b>	<b>25</b>
2.1 – Investigando o conceito de participação e a relação com a democracia .....	25
2.2 – A função social da Família e da Escola e as indefinições conceituais .....	27
2.3 - Diálogo ou regulação: Qual é o “papel” da Família na Escola? .....	29
2.4 - Jornalismo educacional e produção de conceitos sobre a participação .....	32
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>OS NOVOS DESAFIOS COM A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA.....</b>	<b>35</b>
3.1 – Avaliando a distinção entre informar e formar por meio do jornalismo educacional .	35
3.2 – As transformações nas Famílias brasileiras: novos sentidos para participação? .....	37
3.3 – Os desafios com a participação dos filhos dos trabalhadores .....	40
3.4 – Desigualdades sociais e diferentes noções de participação: uma integração ainda possível? .....	42
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>45</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>47</b>



## INTRODUÇÃO

Esse estudo foi motivado pela percepção, durante um estágio não obrigatório, em uma escola filantrópica do Rio de Janeiro. Percebi a diferença no processo de alfabetização das crianças da turma do primeiro ano do ensino fundamental. Isto é, as crianças tinham auxílio dos pais na realização das atividades. Da mesma forma, os pais compareciam a escola e se interessavam pela rotina. Assim, também não restringiam a ideia de educação para aquele espaço (escolar), como também possuíam uma vida cultural ativa. Os alunos externavam a vivência no dia a dia e demonstravam facilidade em dialogar sobre diferentes assuntos e de conteúdos.

Juntamente, na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, as aulas da disciplina “Avaliação dos processos de ensino-aprendizagem”, que dialogaram diretamente com as concepções de Bourdieu apud Almeida e a ideia de capital cultural, chamaram minha atenção para algumas leituras possíveis sobre o que eu vivia na realidade da escola filantrópica. Assim, as discussões na disciplina se aproximavam das minhas experiências com o estágio e contribuíram para o interesse em pesquisar a temática. Afinal, eram reflexões sobre algo que vivenciava em uma atividade profissional como futura professora.

Assim, a pesquisa, inicialmente, tinha como objetivo compreender a interferência da “presença” dos pais na vida escolar dos filhos. Porém, logo após, parecia importante identificar as instituições sociais presentes no processo da educação formal.

Contudo, no desenvolvimento do estudo, nas leituras com tentativa de compreender a relação entre Família e Escola, me deparei com as publicações do jornalismo educacional. Daí, a versão atual para o campo empírico: as matérias de diferentes empresas de comunicação que informam sobre educação e, a partir disso, entender as inúmeras possibilidades de conceito de participação da Família na Escola.

O trabalho partiu do princípio que a educação é uma responsabilidade social. No Brasil, o direito à educação é garantido através, principalmente, da Constituição Federal (BRASIL, 1988) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e, conforme essas regulamentações, a educação é dever do Estado e da Família.

Observa-se que através de ordenamento legal não há uma definição sobre essa relação e, principalmente, sobre a participação da Família na vida escolar dos filhos. Então, buscou-se através de uma fundamentação teórica formada por Freire (1996), Bordenave (1985), Almeida

(2010), entre outros, compreender as possibilidades para efetiva participação da Família na Escola. A partir desses entendimentos, esse estudo foi dividido em três capítulos.

No primeiro capítulo, inicia-se uma análise sobre a relação da Família e Escola, em especial, prevista na legislação brasileira. Nessa parte do estudo, já foi possível constatar um possível pluralismo de conceito. Ainda nesse capítulo, é apresentado o campo empírico da pesquisa: as matérias acerca da participação por meio do jornalismo pedagógico. As matérias selecionadas são categorizadas de acordo com data de publicação, argumento principal, conceito de participação apresentado no texto e as respectivas empresas (ou mídias). Além, de caracterizar o jornalismo educacional e perceber a presença na leitura dos brasileiros.

No segundo capítulo, são apresentados diferentes significados de participação, de acordo com referencial bibliográfico retirado do meio acadêmico, na tentativa de compreender as similaridades e possibilidades do conceito. Esse capítulo expõe a função social da Família e da Escola defendida por meio de pesquisas científicas. Assim, foi possível dialogar com os posicionamentos das matérias, procurando a necessidade de diálogo entre as instituições sociais.

Com o último capítulo, foi preciso correlacionar o campo empírico e sua interferência na relação com atores sociais e particularidades das Famílias dos populares. Isto é, caracterizar certo público e questionar algumas decorrências do jornalismo educacional. E ainda, apontar para as desigualdades sociais ignoradas nos textos. Porque, para além de buscar uma definição, buscou também os princípios que limitam a relação Família e Escolar, independente do conceito assumido por cada matéria no jornalismo educacional.

Finalizo o estudo, procurando também compreender alguns questionamentos que norteiam algumas inquietações: quem a mídia informa? A mídia cria conceitos? Porque o Estado também não é responsabilizado pela educação? Finalmente: O que significa participação? O debate sobre a polissemia, no conceito de participação da Família na Escola, me auxiliou compreender as disputas sobre o capital cultural entre as Instituições sociais, bem como a interação entre elas ainda é um desafio no campo educacional.

## CAPÍTULO 1

### FAMÍLIA E ESCOLA NO JORNALISMO EDUCACIONAL: DEBATES SOBRE O CONCEITO DE PARTICIPAÇÃO

#### 1.1 - Família, Escola e o conceito de participação na legislação nacional e no jornalismo educacional

Pensar sobre o conceito de participação da Família na Escola supõe analisar as finalidades básicas da aprendizagem escolar: a potencialização do processo educativo no desenvolvimento de crianças e jovens e da educação como uma responsabilidade social de “pais”<sup>1</sup> e professores.

Há alguns anos, essa temática – a relação Família e Escola<sup>2</sup> - vem se modificando e esse capítulo destina-se a desenvolver possíveis interpretações acerca dos papéis sociais da Família e da Escola na legislação brasileira<sup>3</sup>.

A educação formal<sup>4</sup>, desenvolvida pela Escola, é entendida por lei como uma responsabilidade comum entre o Estado e a Família, contudo o conceito de participação pode aparecer de forma restrita: a obrigatoriedade de acesso à escolarização pelo Estado e obrigatoriedade da Família de cumprir um ritual social. Assim sendo, é importante iniciar o estudo visualizando as poucas regulamentações, pouco específicas, acerca da participação da Família na Escola via legislação brasileira. Entretanto, o primeiro passo é analisar a polissemia presente no conceito.

O aspecto polissêmico representa uma possibilidade de compreensão sobre determinado contexto profissional, bem como este conceito colabora para o entendimento a respeito da política de referência acerca de um determinado projeto social/político ou de Estado. Este processo se constitui a partir de contradições históricas.

---

<sup>1</sup> Utilizarei pais entre aspas no desenvolvimento do trabalho por uma característica comum das matérias selecionadas que será apresentada em breve.

<sup>2</sup> Nesse estudo utilizarei letras maiúsculas para as Instituições Sociais. A Escola e Família, ambas com letra maiúscula, significa espaços de socialização e construção tanto de identidades como para subjetividades. Da mesma forma, essas Instituições absorvem boa parte do tempo e interesse de seus participantes com a socialização.

<sup>3</sup> Cabe lembrar que o papel social envolve todo o tipo de ação que uma determinada sociedade espera no momento em que seus integrantes, ou instituições sociais, ocupam certo status e são responsáveis por ações societárias, melhor dizendo, para diferentes funções que podem ocupar no interior da sociedade em que vive.

<sup>4</sup> A educação formal é aquela que ocorre nos sistemas de ensino tradicionais. Há também a não formal e corresponde às iniciativas organizadas de aprendizagem que acontecem fora dos sistemas de ensino; enquanto outras, como a informal e a incidental, são aquelas que ocorrem ao longo da vida.

Para iniciar a análise sobre as interpretações dadas para o conceito acima, cabe destacar que este envolve inconstâncias relacionadas à Família e a Escola, bem como suas relações, sendo difícil estabelecer um significado homogêneo. Trata-se, assim, de um pluralismo e de uma multiplicidade de conceitos, como por exemplo, um já presente na atual Constituição Brasileira de 1988, o Art. 205:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A Constituição Federal prevê a corresponsabilidade do Estado e da Família, como forma de colaboração da sociedade para o desenvolvimento pleno do ser humano. Percebe-se que a Carta Magna considera a necessidade de “participação” da Família na Escola, sugerindo o reconhecimento da Educação para além do espaço escolar. Pois, propõe um processo coletivo e integrado entre as duas instituições sociais. Assim, a articulação entre distintas instituições socializadoras se torna fundamental no âmbito da Lei nacional.

Conforme Cury (2000), as leis mediam as relações entre o Estado e a sociedade, tornando-as fundamentais. Nesse sentido, a Constituição de 1988, ganhou relevância, pois ampliou o conceito de participação em relação à Constituição anterior, de 1967. Essa afirmava os deveres e direitos, contudo indicava a divisão de responsabilidades para cada uma das instituições sociais, como o Art.168, da Constituição Federal de 1967 regulamenta:

Art. 168. A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola; assegurada a igualdade de oportunidade, deve inspirar-se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana.

Convém ressaltar que o princípio da participação também está na Lei que regulamenta a Educação nacional, a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, N° 9.394, conforme o Art, 2 estabelece:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Mais uma vez, outra Lei nacional mostra o reconhecimento de que a Educação é de responsabilidade e dever tanto da Família quanto da Escola. Assim, a integração foi um importante passo no longo processo de conquistas no campo educacional brasileiro.

Contudo, no Brasil, não há um consenso acerca do conceito de participação, em especial para Família no contexto escolar. Nesse sentido, há diferentes concepções circulando sobre o papel social de "pais" ou responsáveis dos alunos.

(...) há o reconhecimento da necessidade da garantia de condições sociais para a escolarização (entre outros, alimentação, saúde e amparo emocional), além do fato de que os pressupostos esperados e valorizados pela instituição nem sempre vão de encontro dos pressupostos assumidos e praticados pelas famílias, especialmente as de classes populares [...] têm lógicas de socialização e possibilidades de ação diferentes daquelas assumidas e desejadas pela escola. (Almeida, 2017, p.372)

Isso significa que Família pode ter um entendimento sobre “participação” distinto da Escola. Da mesma forma, distinto de pesquisadores e, principalmente, de uma grande influenciadora (ou determinadora) das/nas relações sociais: o jornalismo educacional. Esse segmento será analisado em outro capítulo.

Percebe-se que analisar esse conceito não é uma tarefa fácil. Contudo, esse trabalho parte de um ponto inquestionável: a educação é um processo que abrange simultaneamente todos os espaços sociais. Dessa forma, o ser humano está inserido em intenso processo de socialização e, para que ocorra o desenvolvimento pleno da pessoa, é necessário o potente diálogo entre as diferentes instâncias socializadoras.

Para dar conta da intenção acima, foram coletados dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>5</sup>, importantes para esse estudo, como também de matérias dos principais jornais, sites, revistas digitais e autores sobre o conceito de participação. Estes recursos ajudaram em busca do difícil diálogo entre a Família e a Escola. O objetivo com dados e recortes de matérias é entender as relações de poder como uma forma de influência externa sobre o contexto social na Escola.

Assim, essa pesquisa pode ser considerada qualitativa, parte do reconhecimento de situações particulares, assim como do tratamento com grupos específicos e universos simbólicos. Nesse caso, a abordagem qualitativa contribui para analisar os dados coletados e compreender um conceito, adotando procedimentos bibliográficos e documentais para a investigação.

---

<sup>5</sup> Foram coletados dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, 2014, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, 2017.

Uma pesquisa qualitativa, segundo Richardson (1989) não se utiliza predominantemente de instrumento estatístico para realizar a análise de um problema, e que não visa medir ou numerar categorias. A pesquisa qualitativa está baseada, principalmente na interpretação dos dados, onde a informação da qual o pesquisador dispõe não está em números, ainda que tais números e as conclusões baseadas neles possam compor a análise da pesquisa. Nesse caso, a pesquisa documental e bibliográfica é utilizada em alguns estudos apenas como uma de suas etapas. É inegável a sua importância para a produção acadêmica e científica, haja vista que mesmo as pesquisas que se utilizam de procedimentos e instrumentos altamente técnicos, em sua maioria recorrem aos processos bibliográficos e documentais.

Segundo Gil (2008), os estudos com cunho documental e bibliográfico seguem os mesmos passos nos seus desenvolvimentos, diferenciando-se apenas na natureza das fontes que servirão como dados para a pesquisa. Assim, “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, enquanto que a pesquisa documental “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (Gil, 2008, p. 50).

No caso deste estudo monográfico, as matérias publicadas, impressas ou digitais, via jornalismo educacional, podem ser consideradas “documentos”, pois, expressam os posicionamentos de diferentes atores sociais ou instituições acerca do conceito de participação da Família na Escola. Nesse sentido, as matérias, considerando as concepções de Phillips (1974), se caracterizam em “documentos”, porque compreendem “quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano” (p.187).

Da mesma maneira, pode-se recorrer aos estudos de Appolinário (2009), uma vez que o autor define “documento” como “qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir para consulta, estudo ou prova. Incluem-se nesse universo os impressos, os manuscritos, os registros audiovisuais e sonoros, as imagens, entre outros” (p.67).

A partir das premissas acima, supõe-se que as matérias representam uma importante fonte de análise sobre concepções presentes em um determinado grupo social e profissional. Também revelam os sentidos das mensagens contidas nos textos como matérias jornalísticas. Por último, as matérias são fontes originais e reveladoras de uma determinada realidade social.

Entretanto, Oliveira (2007) ressalta que “na pesquisa documental, o trabalho do pesquisador (a) requer uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico” (p.70). Já a pesquisa bibliográfica, se constitui com contribuições de diferentes autores sobre o tema. É nesse movimento que esse estudo se propõe: analisar as mensagens das matérias a partir das contribuições de autores que tratam da temática sobre participação da Família na Escola.

Para dar conta do estudo sobre o conceito de participação, alguns critérios foram fundamentais para seleção das matérias nesta monografia. São eles: 1. Diferentes empresas de comunicação, priorizando as que possuem maior visibilidade no contexto educacional; 2. Opção por período de publicação recente (2008 a 2017); 3. Conceitos distintos de participação. A análise também privilegiou perceber “qual” a instituição que “fala” e o argumento para o conceito apresentado sobre a temática.

Eis os títulos das matérias<sup>6</sup>: 1. “Pais não acompanham a rotina escolar dos filhos”; 2. “Pesquisa inédita revela que sete em cada 10 pais participam da vida escolar dos filhos”; 3. “Interações entre pais e filhos influenciam várias áreas do desenvolvimento”; 4. “A participação dos pais na vida escolar ajuda ou atrapalha?”; 5. “Entenda a importância da participação dos pais na vida escolar das crianças”; 6. “A importância da participação dos pais na educação escolar”; 7. “Pesquisa mostra que 12% dos pais são comprometidos com a educação dos filhos”; 8. “Pesquisa revela perfis de pais em relação à educação dos filhos”; 9. “A participação dos pais na escola influencia uma melhor aprendizagem” e 10. “A participação da família na escola”.

Observa-se que os títulos sugerem como responsabilidade social para o êxito “na vida escolar”, é uma atividade, predominantemente, dos “pais”. Somente um título propõe a ideia de “família”. Dessa maneira, espera-se que todos os alunos contem com a presença dos genitores no processo educativo. Assim, as matérias desconsideram diferentes arranjos familiares que vem se mostrando no atual contexto social brasileiro.

Tal fato mostra a importância de analisar os sentidos do que foi explícito e implícito nas matérias, bem como as reais intenções dos autores dos textos. Se o objetivo do estudo é entender os sentidos de participação da Família na Escola, cabe inicialmente compreender, ainda que brevemente, o significado do jornalismo educacional e os desdobramentos na sociedade.

---

<sup>6</sup> As informações, citadas no parágrafo anterior, como empresa, data de publicação e argumento, das matérias estão concentradas na tabela 1, na próxima seção, para melhor visualização.

## 1.2 – Família e o jornalismo educacional: um tema e várias concepções

O jornalismo educacional, responsável pela apresentação e debate de assuntos do/no campo educacional, suscita alguns questionamentos: Qual tem sido a função social e pedagógica da mídia? A mídia é capaz de criar conceitos tanto para “família” como de “participação”? Quem a mídia informa em uma edição? A quem interessa as informações presentes nos textos?

Antes de trazer o debate sobre estas questões, cabe destacar que o jornalismo educacional, de acordo com Matos e Estrázulas (2013) é uma atividade voltada para o campo educacional, que visa noticiar e informar, fazendo uso dos meios de comunicação para abranger toda a sociedade.

A partir da definição acima, para maior compreensão da discussão dos conceitos expostos na mídia – sobre a participação dos "pais" na vida escolar dos filhos, - é importante trazer os conceitos apresentados nos textos analisados nesse estudo. Na tabela 1, há os argumentos explícitos, em uma síntese comparativa, das matérias dos jornais.



<b>Matérias</b>	<b>Empresa de comunicação</b>	<b>Argumento</b>	<b>Conceito de participação apresentado</b>	<b>Data de publicação</b>
Pais não acompanham a vida escolar dos filhos. <sup>7</sup>	Jornal Gazeta do Povo.	O comportamento que os filhos assumem está relacionado a pouca participação dos pais.	Dialogismo.	19 de junho de 2013.
Pesquisa inédita revela que 7 em cada 10 pais participam da vida escolar dos filhos. <sup>8</sup>	Secretaria de Educação de São Paulo.	A participação dos pais na vida escolar é indispensável para o desenvolvimento dos filhos e para a qualidade do ambiente escolar.	Regulação.	26 de novembro de 2013.
Interações entre pais e filhos influenciam várias áreas do desenvolvimento. <sup>9</sup>	Empresa Brasil de Comunicação – EBC.	O estímulo e o equilíbrio nas exigências são as melhores práticas dos pais.	Dialogismo.	01 de setembro de 2016.
A participação dos pais na vida escolar ajuda ou atrapalha? <sup>10</sup>	G1 Notícias – Globo.	A influência positiva refere-se a passar o valor da escola e do estudo.	Regulação.	20 de agosto de 2014.
Entenda a importância da participação dos pais na vida escolar das crianças. <sup>11</sup>	R7	Sem a participação dos pais o processo de aprendizagem é incompleto.	Regulação.	17 de fevereiro de 2017.
A importância da participação dos pais na educação escolar. <sup>12</sup>	Época	A maior participação é representada por passar aos filhos a importância da educação.	Dialogismo.	15 de novembro de 2014.
Pesquisa mostra que 12% dos pais são comprometidos com a educação dos filhos. <sup>13</sup>	Empresa Brasil de Comunicação – Agência Brasil	A família e o contexto socioeconômico se apresentam como facilitadores do desempenho.	Regulação e dialogismo.	06 de novembro de 2014.
Pesquisa revela perfis de pais em relação à educação dos filhos. <sup>14</sup>	Todos pela Educação – Governo Federal	A participação refere-se à valorização da educação escolar.	Dialogismo.	06 de novembro de 2014.
A participação dos pais na escola influencia uma melhor aprendizagem. <sup>15</sup>	Planeta Educação	Compreensão da importância de educar e de um trabalho conjunto entre a família e a escola para o processo de ensino-aprendizagem.	Dialogismo.	15 de fevereiro de 2011.
A participação da família na escola. <sup>16</sup>	Portal do professor	Caracteriza-se pelo apoio e interação dos dois âmbitos.	Regulação.	30 de agosto de 2008.

Tabela 1 - Diferentes conceitos de participação inscritos na mídia<sup>17</sup>

<sup>7</sup> Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/pais-nao-acompanham-a-rotina-escolar-dos-filhos-07i4uni15btw9oc1oas51dv0u/>>. Acesso em: 17 de março de 2018.

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br/noticias/pesquisa-inedita-revela-que-sete-em-cada-10-pais-participam-da-vida-escolar-dos-filhos/>>. Acesso em: 17 de março de 2018.

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/infantil/para-pais/2016/09/interacoes-entre-pais-e-filhos-influenciam-varias-areas-do>>. Acesso em: 17 de março de 2018.

<sup>10</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/blog/andrea-ramal/post/participacao-dos-pais-na-vida-escolar-ajuda-ou-atrapalha.html>>. Acesso em: 17 de março de 2018.

<sup>11</sup> Disponível em: <<https://noticias.r7.com/educacao/entenda-a-importancia-da-participacao-dos-pais-na-vida-escolar-das-criancas-17022017>>. Acesso em: 17 de março de 2018.

<sup>12</sup> Disponível em: <<https://epoca.globo.com/vida/noticia/2014/10/importancia-da-bparticipacao-dos-pais-na-educacao-escolar.html>>. Acesso em: 17 de março de 2018.

<sup>13</sup> Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2014-11/pesquisa-mostra-que-12-dos-pais-sao-comprometidos-com-educacao-dos-filhos>>. Acesso em: 17 de março de 2018.

<sup>14</sup> Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/reportagens-tpe/31839/pesquisa-revela-perfis-de-pais-em-relacao-a-educacao-dos-filhos>>. Acesso em: 17 de março de 2018.

<sup>15</sup> Disponível em: <<http://www.planetaeducacao.com.br/porta/artigo.asp?artigo=1992>>. Acesso em: 17 de março de 2018.

<sup>16</sup> Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/conteudoJornal.html?idConteudo=63>>. Acesso em: 17 de março de 2018.

A tabela 1 apresenta as múltiplas definições e sentidos para o conceito de participação da Família na Escola, melhor dizendo, dos "pais" na instituição. E, mesmo com diferentes interpretações, o conceito assume uma representação social, pois, ainda em todas as formas apresentadas, justifica-se a responsabilidade de divisão do poder, assumindo um caráter coletivo e integrado entre as duas instituições sociais, já dito em outro tópico anteriormente. Da mesma maneira, há o reconhecimento de outro ponto comum nas matérias: a participação, independente da configuração que se apresenta no conceito, enfatiza a influência dos “pais” e da representação da família nuclear<sup>18</sup> no processo de ensino-aprendizagem.

Observa-se que, ao analisar o conceito, são perceptíveis três perspectivas para criar as categorias de estudo: dialogismo, regulação e dialogismo/regulação. Foram categorizadas a fim de auxiliarem o processo de estudo e exemplificação no decorrer da pesquisa, mas detalhada no capítulo seguinte. Partindo-se da ideia de que:

Toda informação precisa ser representada para, posteriormente, ser recuperada. O primeiro passo inclui a extração de alguns elementos do documento ou a atribuição de características ao mesmo de modo que sua essência possa ser capturada e apresentada ao usuário. (Meireles et.al., 2016, p.88)

Dessa forma, esse estudo privilegiou analisar os principais argumentos para a conceituação de participação, a partir do dialogismo e as orientações de “como” fazer isso a partir das matérias e, da mesma forma, a regulação como via de cumprir a obrigatoriedade escolar.

Os discursos e os conteúdos sobre a participação da Família, por meio do jornalismo educacional, não apresentam certa homogeneidade. Sabe-se que o debate é válido e, por ser um conceito indissociável às práticas sociais e educacionais, a discussão, com distintas interpretações, está bem ampla, assim como a significação para diferentes pessoas.

Nesse sentido, cabe destacar, ao analisar os textos, que uma das grandes dificuldades, é justamente significar a ideia de participação da Família na Escola pelo jornalismo educacional. Isso se dá por abranger instabilidades nas interpretações. Entende-se assim, que o conceito conta com a significação dos grupos sociais, das relações de poder, da cultura e das finalidades de cada instituição na sociedade brasileira.

Da mesma forma, os diferentes sentidos dados para um conceito sugerem cuidados, pois se deve atentar o interesse das vias de influência de cada grupo que elabora uma

---

<sup>17</sup> Tabela própria da autora deste estudo.

<sup>18</sup> Família nuclear é o termo usado para definir uma estrutura familiar composta por um casal, o homem como provedor e a mulher destinada aos cuidados do lar, e seus filhos.

interpretação. Isso quer dizer que as pessoas estão expostas às informações a todo tempo e a mídia pode ser um principal meio de acesso para informações. Assim, se todo o conteúdo é editado, cabe reconhecer quem fala na elaboração textual, para quem fala e qual o interesse com a produção de um conceito.

Essa é uma proposta complexa. Por tudo que foi dito, esse trabalho se restringe a entender possíveis desdobramentos de conceitos, considerando a polissemia, no contexto social e no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos. As matérias selecionadas ajudam a compreender os diferentes sentidos de um conceito que ainda se mostra fundamental no campo educacional, principalmente para enfrentar questões relacionadas às desigualdades educacionais do Brasil.

### 1.3 – Famílias ou “pais”: diferentes formas de abordar o desempenho escolar

As matérias se tornaram a base empírica ao, durante as pesquisas iniciais sobre o tema, participação da família na escola, aparecerem constantemente e por chamar atenção como dominam a internet e tão logo, comentários entre nós, professores.

Analisando as matérias, três <sup>19</sup> apresentam, de forma explícita, a necessidade da importância de valorização da educação, do estudo/conhecimento e da instituição escolar pelos “pais”. Isso permite pensar sobre um tipo de discurso muito presente na sociedade, no qual se atribui o êxito escolar ao capital cultural (Bourdieu, 1970) dos pais. Pensar acerca do contexto social significa proporcionar oportunidades e vislumbrar que a formação escolar não se restringe a escola. Uma dessas matérias, a matéria 4 da tabela 1, afirma que:

Segundo a pesquisa, não há evidências de que alunos cujos pais se envolvem na vida escolar, como por exemplo acompanhando o dever de casa ou comparecendo a reuniões da escola, tenham um desempenho melhor. Ao contrário, em alguns casos, os resultados podem até piorar. Isso não significa, porém, que os pais não devam participar. Ao contrário, a própria pesquisa mostra que um dos fatores que mais influenciam positivamente é o quanto os pais conseguem comunicar aos filhos o valor da escola e do estudo.

De acordo com a matéria, pode-se notar que os pais são responsáveis por um ritual de passagem, no qual precisa passar os valores de uma instituição de uma geração para outra. Dessa forma, questionar o conceito de participação dos “pais” na Escola é questionar uma

---

<sup>19</sup> Cito as três matérias, numeradas conforma a tabela 1: 4, A participação dos pais na vida escolar ajuda ou atrapalha? (G1, 2014); 5, Entenda a participação dos pais na vida escolar das crianças (R7, 2017) e 7, Pesquisa mostra que 12% dos pais são comprometidos com a educação dos filhos (Agência Brasil, 2014).

cultura social e familiar. A matéria acima, em coerência com outras, como a cinco e a sete da tabela 1, traz à discussão a herança do capital cultural, por meio da valorização do estudo e da Escola no ambiente familiar.

As crianças oriundas dos meios mais favorecidos não devem ao seu meio somente os hábitos e treinamento diretamente utilizáveis nas tarefas escolares, e a vantagem mais importante não é aquela que retiram da ajuda direta que seus pais lhes possam dar. Elas herdam também saberes (e um “savoir-faire”), gostos e um “bom gosto”, cuja rentabilidade escolar é tanto maior quanto mais frequentemente esses imponderáveis da atitude são atribuídos ao dom. (Nogueira et. al, 2010, p.45)

A transmissão da herança do capital cultural apresentada acima é incluída no conceito de participação, isso porque, diante dos diferentes e possíveis conceitos, a forma pela qual é propiciada pelos “pais” para os filhos, interfere no ambiente escolar. Entende-se, então, que a participação dos “pais” na escola ocorre de forma direta e persuasiva.

Esse cenário pode ser melhor elucidado, porque a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio de 2014, divulgada<sup>20</sup> pelo IBGE em 2017, aponta que “69% dos filhos cujos pais terminaram o ensino superior seguiram o mesmo caminho. Na outra ponta, entre pais que nunca foram à escola, a chance de um brasileiro alcançar um diploma universitário é de apenas 4,6%.” (UOL, 2017).

Reis e Ramos (2011) corroboram com o fato de que:

(...) a estrutura educacional da família parece ter um papel importante nesse processo de transmissão da desigualdade de rendimentos entre gerações. Trabalhadores cujos pais ou mães alcançaram níveis mais altos de educação tendem a apresentar não apenas mais anos de estudo em média, como também os retornos à escolaridade são maiores do que para aqueles cujos pais ou mães adquiriram poucos anos de escolaridade.

Quando se buscou os dados acima, foi possível constatar que o conteúdo das matérias analisadas nesse estudo, foram também temas de notícias no site do IBGE e do UOL. O primeiro divulgou da seguinte forma: “PNAD 2014: nível de escolarização dos pais influencia rendimento dos filhos”. Já a empresa UOL, em dezembro de 2017, publicou: “Escolarização dos pais é decisiva no nível educacional dos filhos, diz IBGE”. Percebe-se que a empresa UOL reafirma o conteúdo apresentado pelo IBGE. Cabe ressaltar que há uma diferença entre

---

<sup>20</sup> Matéria divulgada pela empresa UOL, com dados disponibilizados em 2017 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

influenciar e determinar posicionamentos. Assim, uma notícia pode assumir mais de um sentido, bem como a mesma informação assumir mais de uma interpretação.

**Tabela 6 - Mudanças na estrutura educacional, por grupos de idade - Brasil - 2014**

Nível de instrução	Distribuição dos níveis de instrução dos pais, por grupos de idade dos filhos (%)			
	Total	25-44	45-65	Diferença entre os grupos de idade
Sem instrução	34,3	27,6	43,3	(-) 15,6
Fundamental incompleto	42,2	42,4	42,0	0,4
Fundamental completo e Médio incompleto	8,2	10,2	5,4	4,9
Médio completo e Superior incompleto	10,0	13,2	5,7	7,5
Superior completo	5,3	6,5	3,7	2,8

  

Nível de instrução	Distribuição dos níveis de instrução dos filhos, por grupos de idade dos filhos (%)			
	Total	25-44	45-65	Diferença entre os grupos de idade
Sem instrução	7,8	4,2	12,5	(-) 8,3
Fundamental incompleto	26,3	19,6	35,2	(-) 15,6
Fundamental completo e Médio incompleto	13,7	14,6	12,5	2,1
Médio completo e Superior incompleto	34,2	42,0	23,8	18,2
Superior completo	18,0	19,5	16,0	3,5

  

Nível de instrução	Diferença na distribuição dos níveis de instrução de filhos e pais		
	Total	25-44	45-65
Sem instrução	(-) 26,6	(-) 23,4	(-) 30,8
Fundamental incompleto	(-) 15,9	(-) 22,8	(-) 6,8
Fundamental completo e Médio incompleto	5,6	4,4	7,2
Médio completo e Superior incompleto	24,3	28,8	18,2
Superior completo	12,6	13,0	12,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

Nota: Excluídas pessoas com nível de instrução indeterminado e pessoas que não sabiam o nível de instrução do pai quando tinham 15 anos de idade.

Através da tabela (IBGE, 2017), é perceptível a proporcionalidade direta entre a formação dos “pais” e a formação dos filhos. Porém, o Brasil apresenta uma mobilidade educacional considerável, mesmo diante das desigualdades de oportunidades não superadas por todas as classes sociais. Na mesma lógica, entende-se que esse fator não é decisivo, como indicado em uma das matérias, não é o único capaz de determinar apesar da grande relevância e impacto. Portanto, estudantes, cujos “pais” não compõem a família nuclear, estão superando o determinismo social previsto nas estatísticas oficiais e se tornando os primeiros a conquistarem a mobilidade na trajetória educacional.

Contudo, vale salientar o papel dos “pais” defendidos pelo jornalismo educacional e a inegável relação da participação na vida escolar dos filhos. Não se pode pensar na fragmentação da relação entre a Família e Escola, uma vez que esta integração pode diminuir as assimetrias e as desigualdades sociais. Mais uma vez, é importante incluir os estudos com inspirações em Bourdieu (1998),

Assim como, a partir dos apontamentos de Bourdieu (1998), não se pode ignorar a influência do fator sociocultural, já que embora o aspecto socioeconômico seja importante para análise do desempenho escolar, há também de se reconhecer a dimensão cultural que se transforma em um tipo de capital que pode ser mobilizado para suscitar o sucesso escolar: o capital cultural. (Almeida, 2017, p. 363)

Da mesma forma, Reis e Ramos (2011), afirmam que “as diferenças educacionais, assim como nos rendimentos, apresentam um elevado grau de persistência de uma geração para outra no Brasil. Significa que o desempenho escolar não é vivido de forma homogênea pelos alunos.

Talvez pelo motivo acima, quatro matérias informam a importância do trabalho conjunto entre os dois âmbitos: Família e Escola. Mesmo divergindo no conceito em relação à participação, isto é, umas enfatizando o caráter regulador e outras no dialógico, as matérias entendem a participação como facilitadora do desenvolvimento do aluno. Nota-se que mais uma vez se considera que a Família é a principal instituição formadora do ser humano. A influência familiar no desenvolvimento educacional e na importância do acompanhamento destaca-se como benefício que promove melhor rendimento escolar e como melhora da convivência na escola. A matéria nove da Tabela 1 apresenta justamente o papel social esperado pela Família, uma vez que

Toda criança começa a aprender a partir do nascimento e, desde então, vai construindo a sua modalidade de aprendizagem no convívio familiar, com decorrência de alguns fatores, como as trocas emocionais, a aprendizagem social, a observação e a imitação são processos importantes que se efetivam nesse contato. Naturalmente que, depois da família, é na escola que as crianças permanecem mais tempo, e as expectativas em relação ao seu desempenho escolar aumentam, assumindo maior importância na vida em família. Mas não compete apenas à escola a função de educar, mas também à família em primeiro lugar. E se hoje se tem a sobrecarga da vida moderna, é sumamente importante lembrar que o que vale não é o tempo que se passa junto com os filhos, mas a maneira como estabelecem as relações com eles.

Percebe-se a corresponsabilidade da Família e a Escola no processo de socialização dos alunos. Assim sendo, é fundamental o entendimento da importância dos dois espaços sociais no processo de aprendizagem do aluno. Contudo, a Família representa o primeiro espaço de contato e desenvolvimento social e a Escola, como espaço de socialização e novas demandas sociais e culturais. Assim, não compete somente para uma delas a responsabilidade da função de educar. Entretanto, ainda que seja através da interação dessas instituições sociais em conjunto, a Escola cabe o desenvolvimento da aprendizagem e do sucesso escolar do estudante. Para a Família, espera-se que Escola de conta daquilo que é almejado pela Família.

Assim, as mensagens dos textos jornalísticos vão mostrando as intenções acerca das instituições sociais. Uma mensagem, única por sinal, avalia participação à ausência da mesma. Daí chama a atenção para negligência dos "pais" aos comportamentos dos filhos apresentado fora do ambiente escolar. De forma ampla, se refere às atitudes dos filhos, como por exemplo, não acompanhar o dever de casa, não estarem cientes da ocupação do tempo livre dos filhos, a exposição a fatores de risco, inclusive para a saúde. A matéria se baseia nos dados do IBGE, sugerindo como dever da sociedade, analisar e discutir esses dados de forma mais densa.

De qualquer modo, a relação da família com a escola é mediada por determinantes macroestruturais, fruto das pressões que o processo de modernização do país impõe ao sistema educacional e ao mercado de trabalho, e também por fatores de cunho microestrutural, associados à organização da unidade doméstica e ao significado por ela atribuído à escolarização dos filhos. (Nogueira et. al, 2011, P.101)

Cabe ressaltar que as matérias, para além da importância da participação dos pais na vida escolar dos filhos, também ressaltam a qualidade da formação humana e do contexto socioeconômico, para além do desenvolvimento da escolarização escolar, mas do social. Dessa forma, a Escola parece, em alguns momentos, com o papel complementar da socialização familiar. A matéria dois da Tabela 1 pode exemplificar tal fato:

A participação dos pais na vida escolar dos filhos é fundamental para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, além de trazer qualidade para o próprio ambiente escolar. Seja por meio do acompanhamento do boletim bimestral ou tarefas de casa, essa parceria entre a escola e a família é a base para uma formação de mais qualidade, afirma o secretário da Educação, professor Herman Voorwald.

Assim sendo, a participação é um caminho apresentado como necessário para qualquer concepção apresentada nas matérias analisadas nesse estudo. Entre posicionamentos que

valorizam a regulação ou o dialogismo, a questão da divergência do conceito mostra a quem interessa trazer a discussão e, posteriormente, questiona-se sobre a qualidade da educação brasileira.

Por tudo o que foi apresentado, realizar um estudo sobre a mídia, em especial, quando tratam de temas da educação não é fácil, pois os acessos, os dados e os conteúdos são de difíceis compreensões, porque esses sofrem inferências diversas de seus autores. Isso gera relativa desconfiança acerca dos reais objetivos das mensagens das matérias.

Ao abordar a temática da participação, em especial a partir de um golpe político<sup>21</sup>, - com notícias graves acerca da influência do poder legislativo, disputas acirradas entre partidos e projetos sociais e pedagógicos que colocam em xeque o desempenho educacional do Brasil, pode-se constatar a presença de poucas pesquisas sobre a influência do jornalismo na educação, principalmente, por não considerarem um dos protagonistas do atual cenário brasileiro: a mídia.

Percebe-se que uma informação pode ser tendenciosa ou transformadora para atender questões capitais de um mundo globalizado. Sem dúvidas, é necessário questionar as informações, suas fontes e analisar as forças que estão envolvidas com os discursos presentes nos textos. Dessa forma, esse estudo, ressalta o que é considerado como emergencial para uma determinada sociedade. Assim, os sentidos dados para o conceito de participação podem revelar bastante sobre as transformações das Instituições sociais.

Isso significa que “a organização familiar atua como ressonância, vítima e reprodutora de todo sistema e cultura” (Acosta et.al., 2010, p. 112). Cabe desse modo, promover uma reflexão sobre como os atores sociais atuam e, principalmente, como se posicionam para não manter as palavras que reforçam as desigualdades.

Corresponsabilidade, articulação, integração são as palavras chaves para formulação de um conceito que precisa ser coerente à ideia de cooperação. A partir de melhor compreensão desse movimento, no próximo capítulo, será analisado o conceito de participação partir da contribuição de vários autores do campo educacional, pois busca-se o entendimento das forças presentes na sociedade que geram instabilidade sobre o mesmo.

---

<sup>21</sup> O Golpe de Estado de 2016, partiu do Impeachment da ex-Presidente, Dilma Rousseff, com parlamentares, envolvidos em casos de corrupção, instituindo o processo de impedimento argumentando irregularidades contábilísticas e foi assim identificado por não haver fundamento legal.



## CAPÍTULO 2

### **PARTICIPAÇÃO NA ESCOLA: UMA PRÁTICA SOCIAL E CULTURAL EM DEBATE**

#### 2.1 – Investigando o conceito de participação e a relação com a democracia

No capítulo anterior, foi possível constatar que não é fácil definir o conceito de participação entre a Família e a Escola. A tentativa para definir tal conceito, parte de compreensão do significado assumido para cada ator social no contexto social e educacional. Da mesma forma, as matérias educacionais mostraram que é preciso interpretar os sentidos trazidos por profissionais distintos da área pedagógica. Dessa forma, o presente capítulo pretende apresentar as diferentes conceituações sobre participação na literatura acadêmica e, da mesma maneira, os desdobramentos a partir das formas populares. Mas, para iniciar a reflexão, o que significa participação?

A participação é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo. Além disso, sua prática envolve a satisfação de outras necessidades não menos básicas, tais como a interação com os demais homens, a auto-expressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar as coisas, e, ainda, a valorização de si mesmo pelos outros. [...] Conclui-se que a participação tem duas bases complementares: uma base afetiva - participamos porque sentimos prazer em fazer coisas com outros - e uma base instrumental - participamos porque fazer coisas com outros é mais eficaz e eficiente que fazê-las sozinhos. (Bordenave, 1985, p.16)

De acordo com o autor, há duas ideias que apoiam o conceito de participação: o aspecto afetivo e o instrumental. Isto é, um ser humano pode ter uma parcela de atuação em uma situação por simples interesse e, outra, no sentido de se tornar co-autor, como cooperar, visando a eficiência, respectivamente. Ainda de acordo com o autor,

Como os demais processos sócio-humanos, a participação é suscetível de crescimento de tipo biológico. Ela pode ser aprendida e aperfeiçoada pela prática e a reflexão. A qualidade da participação se eleva quando as pessoas aprendem a conhecer a sua realidade; a refletir; a superar contradições reais ou aparentes; a identificar premissas subjacentes; a antecipar consequências; a entender novos significados das palavras; a distinguir efeitos de novas causas, observações de interferências e fatos de julgamentos. (Idem, p.72)

Para Paulo Freire (2010), a participação é uma atividade inerente ao ser humano e além, há um processo de interação que é construído e aperfeiçoado por meio da prática social e cultural. Para esse importante autor da educação brasileira, a participação é uma forma de

descentralização em oposição à centralização do poder. Justamente esse processo permite atuar nos processos decisórios e na ingerência das questões políticas da sociedade. Enfim, a participação garante o ato de decidir e protagonizar posicionamentos e ações. De acordo ainda com Freire,

[...] participar a cumprir a vocação ontológica de intervir no mundo. O fato de me perceber no mundo, com o mundo e os outros me põe numa posição em face do mundo que não é de quem nada tem a ver com ele. Afinal, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da História. (2010, p.54)

Assim, Freire lembra que a participação é um conceito político, porque é por meio desse princípio que se aprende sobre a democracia. Para o autor, só se aprende fazer democracia por meio da prática da participação. Essa percepção sobre o conceito implica garantir a presença de grupos populares nos processos decisórios no contexto escolar. Tal fato ajuda a pensar sobre a importância da participação da Família nos processos decisórios na Escola, diferente do papel social de somente fiscalizar o desempenho escolar dos filhos.

O significado da palavra também se destaca no dicionário Aurélio (2006, p.652) como: "participar significa: 1. (...) informar, comunicar, participar uma decisão. 2. Ter ou tomar parte em. 3. Ter parcela em um todo, ou receber, em divisão ou partilha, parte de um todo". Mais uma vez se afirma os sentidos dados para a atuação nos processos de decisão em ações cotidianas das pessoas.

Novamente a polissemia marca o conceito de participação – entre a Família e Escola - se apresentando relacionado às inconstâncias sociais. Assim, não há um modelo de educação, como não há de família, de escola, de política. A heterogeneidade de sentidos permite a tentativa de construção do conceito. Da mesma forma, considera a diversidade de posicionamentos, mas exige o diálogo com a necessidade permanente de atuação nos contextos sociais e culturais. Nesse sentido, com inspiração em Brandão, a “educação são todos os processos sociais da aprendizagem, não há uma forma nem único modelo de educação, a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor” (1978, p.8).

Essa definição, se comparada com os discursos das matérias educacionais, não se baseia na ideia de que participação se restringe somente a presença física no espaço escolar, nem com a função de educar, valorizando somente a aprendizagem cognitiva, negligenciando a social e cultural, muito presente na rotina da escola.

Cabe ressaltar que a participação da família na escola, geralmente, acompanha as transformações históricas, sociais e culturais na sociedade. Ademais, está associada aos processos de comunicação e interação, exigindo uma reflexão crítica com as informações advindas das mudanças.

Dessa forma, esse trabalho, assume que, independente dos diferentes conceitos defendidos, a participação deve ser constantemente defendida, seja na Família, Escola e, em especial, com o Estado, pois essas Instituições precisam assumir as respectivas responsabilidades sociais e políticas para garantir a democracia. De acordo com Souza,

O Estado e a família desempenham papéis similares, em seus respectivos âmbitos de atuação: regulam, normatizam, impõem direitos de propriedade, poder e deveres de proteção e assistência. Tanto família quanto Estado funcionam de modo similar, como filtros redistributivos de bem-estar, trabalho e recursos (Souza, 2000, p. 268).

Nesse sentido, a participação envolve uma divisão de responsabilidades e, implicitamente, exige que a relação, entre os meios sociais que permeia, favoreça o entendimento sobre uma determinada realidade. Significa considerar as limitações de cada ator social, ou seja, é um conceito indissociável de compreensão, comprometimento e colaboração.

Para melhor entendimento é necessário compreender a função social da Família e da Escola. A clareza sobre as finalidades sociais, além de identificar compreensão sobre ambas, auxilia na possível melhoria do processo de ensino aprendizagem.

## 2.2 – A função social da Família e da Escola e as indefinições conceituais

A participação, como prática política e social, implica entendimentos acerca dos papéis sociais destinados às Instituições Sociais. No caso da Escola, o projeto de educação precisa se pautar na realidade e sua transformação, porque a realidade é construída a partir das relações sociais entre os atores sociais. Isso exige reconhecer que o papel social da Escola está ligado ao desenvolvimento de processos educativos, como também da organização e socialização de cultura historicamente produzida por homens e mulheres.

Analisar a função social da Escola significa aprofundar os sentidos tradicionais dados à Instituição. Necessita assim, considerar que, educação enquanto prática social, constitui-se nas relações que as pessoas estabelecem no contexto social. Assim, na Escola, os atores

sociais compartilham de um espaço de sociabilidade que possibilita a construção de conhecimento vivo produzido, mas em constante processo de reconstrução.

Portanto, a cultura familiar pode ser um eixo da relação Família e Escola, porque o conhecimento das dinâmicas internas e do universo sociocultural, vivenciados pelos alunos, podem elucidar os diferentes conhecimentos reafirmados pelas Instituições, como aqueles que sofreram mudanças significativas durante a transmissão entre gerações.

Esse papel decisivo da Família na Escola é apontado em uma matéria do UOL<sup>22</sup>. Nela se sustenta a lógica do espaço familiar como o ambiente, no qual se desenvolvem as primeiras habilidades sociais. Entende-se, dessa maneira, que a Família é o espaço responsável pelas condições de melhor desenvolvimento humano.

A família sendo tratada como centro de preservação do ser humano e com a devida tutela à dignidade nas relações familiares deve ser verificada como estrutura básica social. Assim, é na família que irão se suceder os fatos elementares da vida do ser humano, pois além, de atividades de cunho natural e biológico, a família também é o terreno fecundo para fenômenos culturais tais como as escolhas profissionais e afetivas, bem como as vivências dos problemas e sucessos. (Lando et. al, 2016, p.627)

Assim, a Família pode mostrar os desafios vividos em uma sociedade, como pode ampliar os princípios que norteiam também um determinado grupo social. Da mesma maneira, a Família pode exercer a função de oportunizar um ambiente de promoção de vivências culturais. Esse é um novo paradigma para as funções sociais da Família. Talvez por isso, as matérias educacionais mostrem certa dificuldade para elucidar o conceito de participação da Família na Escola.

Na mesma lógica, o espaço escolar não se restringe mais com a transmissão do conhecimento científico. Tornou-se um palco de encontro das diferenças, como de muitas semelhanças e particularidades, em especial, dos problemas no cotidiano e da manutenção do sistema capitalista e das desigualdades sociais, como alerta François Dubet, pois

É preciso analisar, portanto, as desigualdades como um conjunto de processos sociais, de mecanismos e de experiências coletivas e individuais, o que não significa abdicar diante das desigualdades, pelo menos diante das desigualdades injustas. (2003, p. 23)

---

<sup>22</sup> Matéria "Escolarização dos pais é decisiva no nível educacional dos filhos, diz IBGE", citada no capítulo 1, consultado em 19 de março de 2018, no endereço: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2017/12/15/so-46-dos-filhos-de-pais-sem-ensino-fundamental-tem-diploma-no-brasil.htm>>.

Conforte afirma o autor, a discussão sobre a ampliação da igualdade social na Escola, bem como da busca pela prática dos direitos sociais e jurídicos, precisa se pautar na preparação do exercício de cidadania, profissionalismo dos professores e respeito à dignidade humana. Significa que a responsabilidade da Escola se baseia na ética do compromisso individual de cada profissional, juntamente com a intenção de que ser humano se quer formar para o futuro.

Vale ressaltar que as Instituições analisadas nesse estudo, mostram dificuldades para incorporação e acompanhamento de mudanças sociais advindas da necessidade de igualdade social. Assim, como mostra Dubet (2003), a Escola se mostra frágil para compreender seu real papel social, porque "as castas e as ordens decaem e as classes impõem-se como um critério de desigualdade produzido pela própria ação dos indivíduos no mercado (p.24)."

Por tudo o que foi dito, a relação entre as Instituições sociais e a participação pode ser resumida, de acordo com Bordenave (1985), que "entusiasmo pela participação vem das contribuições positivas que ela oferece (p.12)". Tal afirmativa permite entender a falta de consenso a respeito do conceito sobre a inserção da Família no contexto escolar.

### 2.3 - Diálogo ou regulação: Qual é o “papel” da Família na Escola?

O debate sobre a participação, papel social, traz outra interferência: a mídia. Não se pode esquecer que o ser humano se interage constantemente com o meio em que vive. Significa que passa a se relacionar com diferentes formas de educação. Isso não é diferente com o processo de aprendizagem.

Essa talvez seja uma preocupação das matérias publicadas na mídia sobre a ênfase do papel da Família no processo e trajetória escolar dos filhos. Essa afirmação exige uma avaliação sobre as matérias já apresentada nesse estudo.

É importante dizer que nenhuma das matérias, apresentou ou citou a corresponsabilidade do Estado com a Educação. Como já dito antes, as matérias estão mais relacionadas com um tipo de Família. Se estivesse tratando da maioria esmagadora da classe trabalhadora do Brasil, como evitar a menção do Estado? Para Janela (2000), "a compreensão do que é o Estado e dos modos como este funciona nas sociedades capitalistas é uma condição indispensável para problematizar a função da escola e da educação (p.98)".

Da mesma forma, ressalta-se que nas matérias há mais preocupação sobre “como” as famílias podem ser avaliadas, observando se participativas, ou não. Também se percebe a

inquietação dos autores das matérias com o público de leitores para comunicar uma determinada concepção acerca do conceito. Isso pode ser constatado em quatro matérias, uma apresentando a importância do trabalho conjunto entre a Família e a Escola, enquanto as outras se dividiram entre a valorização do estudo, via participação, e responsabilização, das tarefas, justificando o contexto socioeconômico.

Uma matéria<sup>23</sup>, em especial, traz uma entrevista com a filósofa, mestre em educação e pesquisadora em educação: Tania Zagury<sup>24</sup>. De acordo com esse texto, a participação compreende:

A participação não obrigatoriamente demanda muito tempo. Deve ser antes de tudo qualitativa, isto é, não é preciso ir à escola todos os dias, assumir funções em comissões ou algo assim; quem puder e quiser, pode fazê-lo, porém mais importante é deixar claro para os filhos que acreditam no trabalho da escola, que estudar não é opção, é obrigação e que os professores têm o apoio da família. Além disso, a supervisão às tarefas e a atenção que dão aos comunicados que o colégio envia, explicitam concretamente às crianças a dimensão que a família dá aos estudos. Atualmente o que a escola mais necessita ter é o apoio da família e da sociedade para poder fazer o seu trabalho de forma eficiente.

Essa matéria ainda chama atenção para o fato de que os pais com pouca escolaridade, também podem participar da educação dos filhos da seguinte forma:

Podem sim. Só não precisam, por exemplo, tirar dúvidas em questões que não estudaram, sem que isso lhes cause qualquer constrangimento. Além disso, a formação ética não demanda cultura, mas caráter. E nessa função ninguém tem mais força e importância do que pai e mãe.

Essa matéria também abordou outro ponto importante: a pouca escolarização dos pais, embora sem dados estatísticos, informa que esses podem participar da vida escolar dos filhos a partir da ideia de aprender juntos, ou seja, que aconteça uma possibilidade de troca entre integrantes da Família. Essa temática será abordada no próximo capítulo desse estudo.

Contudo, vale antecipar ainda nesse capítulo que a matéria supracitada, ao tratar dos grupos populares, considera que os fatores sociais, culturais e econômicos, a partir de diferentes abordagens, podem ser influenciadores de desempenhos escolares. Logo, esses devem ser considerados e estudados na construção de dados quantitativos, uma vez que podem apresentar potencial de mudanças nas futuras políticas educacionais, assim como o papel do Estado com a educação no Brasil.

<sup>23</sup> Matéria “A participação da família na escola. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/conteudojornal.html?idConteudo=63>>.

<sup>24</sup> Tania Zagury é filósofa, mestre em educação e pesquisadora em educação, com treze livros publicados no Brasil e no exterior.

Justamente os posicionamentos presentes nas matérias contribuíram para a categorização para esse estudo, como já apresentado no capítulo anterior. As concepções foram agrupadas em duas categorias: conceito de participação baseado no dialogismo ou na regulação.

No dialogismo, 50% das matérias valorizam a conversa e formas de aconselhamento dos pais com os filhos. Parece a necessidade de criar ou intensificar o diálogo entre pais e filhos. Esse movimento é enfatizado como necessidade do equilíbrio entre cobranças e afetos como uma valorização da educação. Essa percepção de participação está presente na matéria nove da Tabela 1 do primeiro capítulo. Eis o que diz a matéria:

Isso é o que importa, pois se os filhos sabem que podem contar com os pais quando necessitarem, se os pais têm uma parte do seu tempo diário e de lazer reservado para dar atenção e conversar com os filhos, se os limites são estabelecidos com flexibilidade e justiça, sem culpas ou necessidades compensatórias, pode-se esperar, então, menor probabilidade de problemas.

Bakhtin (2012), é um autor que contribui a ajudar a compreender sobre o dialogismo. De acordo com o autor, o diálogo pode ser entendido como um espaço social de lutas que refletem os próprios aspectos da interação social. Enfim, o diálogo cria um espaço, que além da mediação, contribui para repensar as contribuições da realidade dos atores sociais na constituição de um conceito.

O teor regulativo, outra metade das matérias analisadas nesse estudo, se apresenta como práticas mais funcionais, como acompanhamento das tarefas escolares e do desempenho dos filhos, como os boletins. Assim, a parceria tem um caráter explícito de vigilância da Família e como “fiscal” e “controladora”, tanto dos filhos como da Escola. Significa assim, valorizar a educação pela obrigatoriedade escolar. Isso pode ser exemplificado com parte do texto<sup>25</sup> de uma das mensagens:

Mas os pais ajudam, e muito, quando olham com atenção deveres e provas, se interessam em saber como foram às aulas da semana ou dedicam um tempo do dia para ler ou estudar junto com os filhos. Essas atitudes comunicam aos filhos a importância e o valor de estudar e aprender.

A relação dialogismo/regulação configura-se somente em uma matéria e é assim categorizada por configurar participação a partir de atitudes de ambas citadas anteriormente.

<sup>25</sup> Matéria “A participação dos pais na vida escolar ajuda ou atrapalha?”. Disponível em: <<http://www.g1.globo.com/educacao/blog/andrea-ramal/post/participacao-dos-pais-na-vida-escolar-ajuda-ou-atrapalha.html>>

Ou seja, comparecer as atividades escolares, acompanhar o desempenho e ter uma relação próxima com os filhos, através de um bom diálogo.

Assim, as matérias sobre participação, que reforçam a regulação, enfatizam que cada instituição social, Família e Escola, tem um papel fundamental na formação dos indivíduos, por meio do controle das Instituições. A divulgação dessa concepção foi sendo ampliada progressivamente como necessária para uma sociedade civil educada.

Enfim, as distintas abordagens e argumentos, tanto para o dialogismo quanto para regulação, colaboraram para melhor elucidação sobre o conceito de participação dos diferentes atores sociais. Esse contraste chamou atenção para importância desse estudo e de trazê-lo como conteúdo para ambiente acadêmico, em especial, quando há questionamentos sobre a educação no país pelo jornalismo educacional.

#### 2.4 - Jornalismo educacional e produção de conceitos sobre a participação

O jornalismo educacional se caracteriza pela especialização de divulgação das informações do/no campo da educação, lidando com fatos e notícias desse tema e apresentando dados, geralmente frutos das avaliações de larga escala<sup>26</sup>. De acordo, Pelegrini (2015) o jornalismo educacional pode ser entendido como:

Em vez de atuarem apenas como fontes de informação, tais instituições contam com equipes de jornalistas para produzir sua própria cobertura sobre o tema, com enfoque adequado a seus interesses no campo e com atuação por vezes mais semelhante à de relações públicas (na promoção de seus pontos de vista, eventos e produtos ligados à área) do que propriamente jornalística. (p. 77)

Nesse sentido, o jornalismo educacional produz, ou fabrica, determinados conceitos relacionados às temáticas da educação. Percebe-se que essa produção pode não dialogar com especialistas do tema ou profissionais relacionados ao campo educacional. Fazem até entrevistas com alguns pesquisadores, mas utilizam apenas para reafirmar uma ideia inicial.

Convém ressaltar que um debate deve ser construído a partir de um levantamento de análises elaboradas, predominantemente, por profissionais da educação e avaliada por diferentes atores sociais.

É necessário o cuidado com a abrangência que o jornalismo educacional desenvolve a partir da mídia, pois essa pode expor diagnósticos com pouca relação com a realidade

---

<sup>26</sup> Avaliações de larga escala se configuram pela padronização e pela possibilidade de comparação ao longo do tempo da escola, rede, município e ou estado.



educacional. Da mesma forma, também repetir insistentemente argumentos acerca da baixa qualidade educacional, negligenciando o trabalho desenvolvido pela Escola sobre a participação da Família.

Assim sendo, o jornalismo educacional deve se ater no aprofundamento sobre as realidades vividas pela Família, de forma que mostre preocupação real com a Instituição e a linguagem seja coerente com o público alvo da matéria. Logo, as pautas educacionais, conforme jargão do jornalismo, não devem propor conteúdos educacionais contraditórios, pois acabam funcionando como “propagandas” disfarçadas.

Esse trabalho, defende a participação também de posicionamentos dos profissionais do jornalismo educacional, contudo precisa ser uma ferramenta de auxílio ao que vem sendo discutido por professores e com a participação também destes.

Esse posicionamento se baseia na responsabilidade que o jornalismo educacional é uma área importante para informar a sociedade sobre a educação. Não deve se caracterizar como manutenção de alianças com empresas ou a constituição de políticas que afirmam as relações de poder de alguns grupos sociais ou econômicos.

A força dos conceitos, trazidos pelo jornalismo educacional, pode estabelecer a interferência nas políticas educacionais. Isso é inegável. Assim sendo, faz-se necessário questionamento para melhor entendimento sobre as lógicas apresentadas nos textos, uma inspiração para o tema dessa monografia. Esse interesse ajudou a entender que a corresponsabilidade das duas Instituições e a polissemia trazida pelo jornalismo educacional pode mostrar uma possível manipulação midiática na educação.

O jornalismo educacional poderia assumir um conceito de participação baseado em diálogo qualitativo, melhor dizendo, que oportuniza a ampliação das forças mais democráticas para real melhoria da qualidade da educação à sociedade brasileira.

Portanto, considerando a análise trazida no capítulo, foi possível constatar que uma mídia especializada em jornalismo, interpreta o conceito de participação no campo educacional de acordo com interesses dissociados com a busca da qualidade da educação escolar. Pelegrini (2015) pode colaborar sintetizando o capítulo da seguinte forma:

Em uma tentativa de síntese, pode-se classificar o jornalismo de educação brasileiro como um espaço social sujeito à agudização da heteronomia e da dominação por campos de maior prestígio. Arriscamos a metáfora da matriosca, o brinquedo constituído de uma série de bonecas colocadas umas dentro das outras. O jornalismo da educação seria a peça menor, encaixado no espaço dominado dentro do jornalismo brasileiro, a peça média, por sua vez também, dominado na inserção no espaço do poder, a peça maior. (p.78)

Cabe ressaltar que tal crítica de Pelegrini não se direciona somente ao jornalismo, mas parece representar os interesses mantidos por uma determinada sociedade. Assim, o jornalismo educacional se limita à abordagens e publicações generalistas, ou quiçá uma censura mascarada.

Dessa forma, no próximo capítulo busca-se desenvolver sobre esse público referenciado nas matérias, observando suas peculiaridades e as maneiras “como” as famílias se “informam” e se “formam” por esses textos jornalísticos, bem como acessam esses recursos escritos.

## CAPÍTULO 3

### OS NOVOS DESAFIOS COM A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA

#### 3.1 – Avaliando a distinção entre informar e formar por meio do jornalismo educacional

A análise sobre as matérias apresentadas foram construídas, considerando que as matérias selecionadas desenvolvem posicionamentos e concepções relacionadas ao campo da educação. São informações com considerável movimento de veiculação e, alguns textos, partem das principais empresas de comunicação do Brasil e no estado do Rio de Janeiro: Edições Globo e a Gazeta do Povo. Essas empresas de comunicação estão entre os dez jornais lidos no país, bem como com maior circulação.

Como alerta Antônio Nóvoa (2007), o atual momento exige cuidado para lidar com as formas de produzir informações acerca da educação. Assim, pensar nas intenções do jornalismo educacional em relação à educação é atentar para o poder da mídia no mundo.

O meu último livro, que foi bastante polêmico em Portugal, tem um título enigmático; ‘Evidentemente.’. O ponto final no título é importante. E o título tem muitas razões, porque há várias maneiras de se desconstruir a palavra. Mas a razão principal é a crítica à maneira como se discute educação hoje em dia. Em particular, como se discute a educação na mídia, como certos intelectuais, que aliás reconhecemos como pessoas prestigiadas, dizem tanta banalidade, tanta coisa falsa sobre a educação. A maneira como se intervém publicamente nos debates sobre a educação é pobre atualmente. Então escolhi o título para dizer: tudo que é evidente, mente. Isto é, há uma evidência nos trabalhos educativos (p.5).

O autor afirma a importância de atentar à falta de responsabilidade sobre debates relacionados aos temas da educação, por meio da mídia. Do mesmo modo, indica uma possível ausência de veracidade nas mensagens escritas por profissionais da mídia. Logo, as generalizações, uma característica muito constante nas mensagens analisadas nessa monografia, mostra que o conceito não pode partir de uma universalização, porque o processo educacional precisa considerar as realidades vividas na Escola. Sendo assim, educação formal não parte de um modelo pré-definido. A Família também não se constitui por valores gerais para todos seus integrantes. Da mesma maneira é a “aprendizagem” sobre o conceito e ação de participar. Pode-se ver esse fato na matéria oito da Tabela 1, do capítulo 1 desse estudo.

Patrícia Mota Guedes, especialista em gestão educacional da Fundação Itaú Social, afirma que o fato de a pesquisa revelar que os pais não são um público homogêneo indica a necessidade de personalização das relações entre responsáveis e escola. ‘Não existe um formato único ou certo. Em Boston, nos Estados Unidos, por

exemplo, a prefeitura trabalha com uma escola itinerante para pais, em que há cursos e orientações que vão desde a nutrição dos filhos até formação sobre os conteúdos que a escola dará naquele ano para as crianças', conta.

Nota-se que há um cuidado em não generalizar “modelos”, pois esses não conseguem dar conta da diversidade de modos de viver a socialização.

Patrícia ainda destaca que diferentes perfis de responsável pela criança podem coexistir numa mesma família, de acordo com as diferenças entre os filhos. “Além disso, essa criança cresce e, ao se tornar um adolescente ou um jovem, os pais também devem mudar seu comportamento com ela para reforçar o vínculo”, explica. “Cada criança e jovem é único e olhar para eles dessa forma, visando o desenvolvimento integral, é um desafio para famílias e escolas”, completa a especialista.

Dessa forma, compreende-se que além de não existir um modelo, as diferenças podem existir ainda dentro de uma mesma família. E assim, é fundamental perceber as pessoas como únicas e suas relações, também. A partir disso, verificou-se nesse estudo, a necessidade de compreender um aspecto importante relacionado às mensagens elaboradas pelo jornalismo educacional: Quem se informa por essas principais empresas de comunicação?

Para responder essa pergunta, é importante lembrar que em 2010, o governo brasileiro encomendou uma pesquisa intitulada "Hábitos de Informação e Formação de Opinião da População Brasileira" para auxiliar o setor de comunicação do Planalto a detectar o meio de comunicação mais usado pela população. Foi identificado que 62,9% da população mudam às vezes de ponto de vista de acordo com as informações obtidas através dos meios de comunicação e 7,9%, sempre mudam. Além disso, 24,3% acreditam na imparcialidade na produção do material informativo desses meios. Essa pesquisa indicou a confirmação de influência dos meios de comunicação e ainda o mais utilizado: a televisão. Assim, parece que a mídia é responsável pela informação e pela educação informal dos indivíduos “educados”. Tal constatação mostra as peculiaridades do relacionamento Família/Escola/Sociedade, pois há relativa dependência entre essas, uma vez que dessas também derivam as concepções de indivíduo e instituição social. Logo, “quem informa” sobre várias temáticas e diferentes conteúdos são as principais empresas de comunicação no Brasil. Mas vale perguntar: Qual é a importância para a Família da “informação” para a “formação” como indivíduo? Como contribui na relação Família e Escola?

Justamente o conceito de participação da Família na Escola merece destaque, pois as instituições são responsáveis por diferentes compreensões sobre o conceito. Isso permite falta de clareza sobre o conceito “assumido”, distinto de “compreendido”. Assim, a mídia, ao

contemplar diferentes significados para um assunto, induz mais para a capacidade de se apropriar de uma parte da informação, desmobilizando a ideia de “formação”. Mas como a Família lida com o processo de formação social?

### 3.2 – As transformações nas Famílias brasileiras: novos sentidos para participação?

As últimas décadas foram marcadas por mudanças sociais, principalmente na configuração das famílias brasileiras. As formas familiares se apresentam cada vez com mais possibilidades de novos arranjos e os direitos sociais passaram ser reconhecidos pelo Estado para esses novos grupos, contudo a igualdade pretendida ainda se mostra insuficiente, pois alguns grupos não acompanharam as transformações sociais. Assim, os confrontos sociais e culturais, com as particularidades brasileiras, são perceptíveis a medida em que os novos problemas não são diretamente proporcionais a convivência com a diversidade e tolerância às diferenças.

Embora esse trabalho não consista em trazer e debater profundamente as mudanças ocorridas no âmbito das famílias brasileiras, a presença de novas configurações familiares, de acordo com as matérias, atribuem os “problemas” escolares às formações familiares.

Embora sempre tenham alguma relação, a família e a escola nem sempre se relacionaram do mesmo modo. O motivo para isso é óbvio: escola e família não permanecem as mesmas com o passar do tempo. Os sistemas de ensino mudaram; as famílias e as interações em seu interior também mudaram. A partir de 1960 é que questões pedagógicas relacionadas à aprendizagem e ao desenvolvimento do aluno se tornaram motivo para que responsáveis e escola dialogassem, fato que fez tal relação se tornar mais próxima. Antes essa relação se dava apenas em questões ligadas à organização e à ordem da instituição. (Nogueira, 1998, p. 71)

De Jesus e Espíndola (2015) consideram que as transformações familiares induziram maior diálogo entre a Escola e responsáveis pelos alunos. Da mesma maneira, as Instituições definem como prioridade, para parceria, a melhoria da aprendizagem e o desenvolvimento do aluno. Nesse sentido, a perspectiva dialógica se mostra como elo necessário. Talvez essa intenção motive o jornalismo educacional a se pautar na concepção de que o vínculo precisa ser mantido, independente das transformações sociais e familiares.

Em concordância com a ideia acima, Nogueira (1998) entende que as “modificações nas estruturas e nos modos de vida familiares e nas estruturas e processos escolares, uniram-se para dar origem a um sistema de interdependências e de influências recíprocas entre a família

e a escola”. O autor surpreende ao afirmar que, justamente as mudanças familiares, podem gerar maior aproximação entre as duas Instituições sociais importantes tanto para informação quanto formação dos seres humanos. Esse posicionamento faz lembrar os conteúdos das matérias e a forma como se apresenta o conceito de participação nos conteúdos dos textos: diálogo, regulação e polissemia entre os conceitos.

As transformações familiares ainda contam com aspectos socioeconômicos e culturais, nos quais se percebe a questão das desigualdades sociais. Dados divulgados pelo IBGE em 2017 apontam que, aproximadamente, 12 milhões de brasileiros são analfabetos absolutos e uma parcela significativa da população adulta não concluiu o ensino fundamental. Esse quadro ainda se complexifica se acrescentar a análise sociológica (sexo, idade, cor, renda, etnia), uma vez que é fundamental para conhecer a Família brasileira e entender as diferentes formas de expressão da desigualdade social e a escolar. Nesse sentido, alguns questionamentos são importantes: Como pais analfabetos podem participar da vida escolar dos filhos? Como pais trabalhadores, que estão “fora” o dia inteiro, podem participar de reuniões em horários fixos? Como um ser humano com pouca oportunidade de acesso à educação pode valorizar a educação? Quais são os desafios e necessidades que os filhos dos trabalhadores enfrentam na escola?

Dessa forma, a matéria 5, da tabela 1 do primeiro capítulo, elucida que:

A psicóloga complementa que alguns pais não sabem como auxiliar os filhos. Para ela, tentar ensinar nem sempre é a melhor opção, porque pode confundir mais o aluno. O importante é mostrar interesse pelo dia a dia do filho.

- Mais vale saber se tem lição ou não, o que ela fez aquele dia, como são os amigos, o que eles fazem antes da aula.

Cidade também reforça que, independentemente de qual membro familiar se dedica mais aos estudos dos filhos, é importante aprender a valorizar o universo dos filhos na escola.

- Quanto mais os pais persistirem em achar que a escola é só conteúdo e lição, mais distantes vão estar do universo da criança e mais difícil vai ser do aluno pedir ajuda quando precisar.

A matéria acima mostra que os pais só precisam apoiar os discursos produzidos pela escola. A matéria dez da Tabela 1 do primeiro capítulo, já citada, também mostra que para lidar com a Escola dos filhos de trabalhadores é importante implementar as “formas de aconselhamentos” aos pais e, assim garantir o vínculo entre as Instituições e um trabalho “eficaz”.

Da mesma forma, a matéria dez, da tabela um do primeiro capítulo, aponta para:

JP - Como deve ser essa participação? Atualmente, os pais se queixam muito de falta de tempo.

TZ - A participação não obrigatoriamente demanda muito tempo. Deve ser antes de tudo qualitativa, isto é, não preciso ir à escola todos os dias, assumir funções em comissões ou algo assim; quem puder e quiser, pode fazê-lo, porém mais importante é deixar claro para os filhos que acreditam no trabalho da escola, que estudar não é opção, é obrigação e que os professores têm o apoio da família. Além disso, a supervisão às tarefas e a atenção que dão aos comunicados que o colégio envia, explicitam concretamente às crianças a dimensão que a família dá aos estudos. Atualmente o que a escola mais necessita ter é o apoio da família e da sociedade para poder fazer seu trabalho de forma eficiente.

Essas matérias, apesar de possuírem conceitos diferentes para participação, se assemelham, sobretudo, considerando a importância da educação no desenvolvimento do vínculo entre ambas. Assim, as matérias negligenciam a presença de planos mais apropriados, como esforços, para lidar com os filhos dos trabalhadores e a classe popular. Na Escola, conforme Bourdieu (2010), os alunos são penalizados, porque precisam lidar com a centralização e obtenção do conhecimento, como também do capital cultural de outras classes sociais.

As crianças oriundas dos meios mais favorecidos não devem ao seu meio somente os hábitos e treinamento diretamente utilizáveis nas tarefas escolares, e a vantagem mais importante não é aquela que retiram da ajuda direta que seus pais lhes possam dar. Elas herdam também saberes (e um "savoir-faire"), gostos e um "bom gosto", cuja rentabilidade escolar é tanto maior quanto mais frequentemente esses imponderáveis da atitude são atribuídos ao dom (Bourdieu, 2010, p. 45).

Assim, o autor aponta para uma discussão ainda maior: os benefícios das classes sociais, ou não, no contexto escolar. Significa ir além da ajuda das tarefas de casa, em pesquisas e ou comparecimento às aulas. É o capital cultural adquirido no interior de uma classe social e que pode "habilitar" um indivíduo para se tornar importante no contexto da Escola, melhor dizendo, "apto" para participar. Portanto, participação não se restringe a executar o que é esperado na sala de aula, como, também, frequentar os espaços escolares, mas incorporar os códigos que permitem gerar vínculo com a Instituição.

Conforme Bourdieu (2010), os indivíduos acumulam capitais e dessa forma, o capital cultural se direciona, predominantemente, com a educação. Esse conceito, criado por ele, adverte sobre a relação entre a origem social e o desempenho escolar. Logo, uma sociedade dividida em classes, pode transformar a escola em um lugar pouco democrático. Basta lembrar que o ensino pode não ser transmitido da mesma forma para todos, porque os indivíduos das classes mais favorecidas lidam com capital cultural fortalecido nas relações

familiares. Assim, as matérias trazidas pelo jornalismo educacional para além da tentativa de influenciar famílias, buscam ampliar os diferentes conteúdos do capital cultural, como por exemplo, o entendimento sobre o conceito de participação.

Para isso, as matérias passam a ideia de que há “clareza” e “coerência” nos conteúdos apresentados com a comunicação de ideias, mas utiliza-se de configuração própria para definir o conceito de participação, como por exemplo, a restrição dos sentidos acerca do entendimento, como ressaltado na matéria dez da Tabela 1, do primeiro capítulo:

Só tenho um aspecto a ressaltar, de tudo o que coloquei: a família deve ser recebida, ouvida e deve participar. Porém, isso não significa nem pode ser confundido com direito de tomar decisões por ou pela escola. Cada uma dessas duas instituições fundamentais tem um papel pelo qual é responsável. Família tem poder decisório e autoridade em casa; a escola tem que ter autonomia na sua função decisória, muito embora os pais possam opinar e participar.

Assim, reafirma-se que cada Instituição deve compreender sobre educação como uma responsabilidade social, em que cada uma contribui de uma forma diferenciada. No caso da Família, essa deve se colocar, em algumas matérias como um grupo que apoia a Escola, mas como “fiscal”, se restringindo à atuação no espaço da casa. Já a Escola, se apresenta, como responsável pela educação formal. Nesse sentido, “permite” o diálogo, desde que a autoridade pedagógica seja mantida. Essas relações, com o conceito de participação, necessitam da avaliação sobre os limites da relação entre as Instituições, tema que será desenvolvido na próxima etapa.

### 3.3 – Os desafios com a participação dos filhos dos trabalhadores

Percebe-se que não há como negar a importante contribuição da Família no desenvolvimento e aprendizagem dos filhos. Da mesma maneira, a Escola se torna uma instituição fundamental, porque privilegia o desenvolvimento e/ou aprimoramento de ideias e valores já trazidos pela Família, assim não é necessário estabelecer somente um único conceito para participação (argumento exaustivamente trabalhado nesse estudo). O conceito trazido por cada Instituição possui significado, porque informa um pouco sobre cada uma. Contudo, é possível constatar que quando as interpretações coincidem, a interação entre essas é ampliada, pois comungam de valores sociais e culturais muito próximos. Como ressaltar Freire, a participação é um dos caminhos da transformação social, pois



Estávamos convencidos, com Mannheim, de que ‘na medida em que os processos de democratização se fazem gerais, se faz também cada vez mais difícil deixar que as massas permaneçam em seu estado de ignorância’. Referindo-se a este estado de ignorância, não se cingiria Mannheim, apenas, ao analfabetismo, mas à inexperiência de participação e ingerência delas, a serem substituídas pela participação crítica, uma forma de sabedoria. Participação em termos críticos, somente como poderia ser possível a sua transformação em povo, capaz de optar e decidir. (1967, p. 102)

O autor ressalta que a ausência da habilidade crítica pode levar à inexperiência e ingerência. Da mesma maneira, não optar ou decidir, significa não participar criticamente. Enfim, Freire não se refere ao ato de fazer escolhas, mas de oportunizar criar pensamentos, ideias, críticas e ampliar um repertório cultural restrito para um determinado grupo social. Fala-se então sobre a cultura, as formas de desenvolvimento econômico e político, como também a participação social no mundo. Contudo, essa prática social na educação, não vem se mostrando no processo educacional da classe popular trabalhadora. Ainda se percebe a manutenção de um sistema de seleção e privilégios educacionais para as classes sociais mais privilegiadas, como mostrado nas matérias estudadas, como a matéria nove, da Tabela 1, mas responsabilizando o trabalhador pelo desempenho dos filhos.

Um dos problemas que afeta as crianças no desempenho escolar é a falta dos pais no processo de aprendizagem, e não pela situação financeira, mas sim, o desinteresse, a falta de tempo por causa do trabalho, a falta de apoio, de carinho e amor, causam fracasso no processo educativo de seu filho, até mesmo desanima o aluno; áreas que precisam ser trabalhadas junto ao aluno e a família, o que impede o bom desempenho das funções da escola.

Retoma-se, assim, para a formação acadêmica dos pais em decorrência com o mercado de trabalho. Assim, as matérias não se apropriam dos debates sobre desigualdades sociais e as exclusões vividas por grupos sociais na história da educação brasileira.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgada pelo IBGE em 2015, revela um pouco a precarização da escolarização na formação da Família brasileira, como das condições de vida. Os dados revelam que somente 36% da população ativa trabalham com carteira assinada, indicando um reflexo da crise e das atuais mudanças na legislação. Nesse sentido, é fundamental a análise das condições de trabalho e vida, mas de forma qualitativa, sobre as famílias de trabalhadores. As condições dessas Famílias colaboram para confirmar a possibilidade de limites para a participação dessas na Escola. Justamente

esse aspecto permite a formulação diversificada de conceitos, assim como a ausência de um diagnóstico social, econômico e cultural da Instituição.

Uma definição do conceito supõe a presença de clareza de significados como forma de envolvimento. Isso quer dizer que, o conceito de participação da família precisa envolver um diagnóstico da Escola sobre a realidade de quem enviar os filhos e o entendimento sobre possíveis relações importantes para a integração entre elas.

A falta de clareza nessa participação pode gerar, no ambiente escolar, visões estereotipadas e tendenciosas sobre os tipos dos pais. Os pais que costumam ir à escola são considerados os pais "chatos". Tal frequência pode trazer certo "incômodo", pois a presença dos pais, nesse caso, está atrelada a uma carga de vigilância e crítica. Já os pais que não vão à escola, ou vão em raros momentos, são considerados omissos, pois, se não vão à escola, não estão interessados em saber da vida escolar do filho. Esses exemplos caricatos ilustram o fato de que, quando não se sabe o que se espera das famílias, dificilmente estabelecemos uma imagem positiva, ou coerente, dessa relação entre família e escola. (De Jesus; Espíndola; 2015, p. 72)

A necessidade dos sentidos sobre “participar” pode estar relacionada às expectativas de cada Instituição social e se mostra como um dos pilares para questão acerca da apropriação de um conceito. Escola e Família só conseguirão definir um conceito, se houver um trabalho integrado, considerando as possibilidades, com o capital cultural, a partir de cada Instituição.

#### 3.4 – Desigualdades sociais e diferentes noções de participação: uma integração ainda possível?

Nóvoa (1999) ressalta que a participação dos pais e da Família na vida escolar legitima a dimensão social e política. Contudo, para que essa ocorra, necessita de apoio ativo da Escola para participação da Família nas decisões, uma vez que além de, contribuir individualmente para esse processo, pode agir na motivação e estimulação dos filhos para se apropriar da cultura escolar.

Essa contribuição permite reafirmar que a participação dos pais na vida escolar dos filhos é importante e pode dimensionar o trabalho do ambiente escolar. Isso permite compreender, com base em Dubet (2003) que “em resumo, entre os vários princípios igualitários e as múltiplas desigualdades que se podem observar e deplorar há, simplesmente, uma sociedade e atores sociais (p.22)”. Isso significa que não vale responsabilizar os pais pelo desempenho dos filhos, mas gerar formas de comunicação, melhor dizendo, de participação, que efetive a interação entre as Instituições sociais.

Supõe-se então, entender que qualquer relação social envolve poder e que a participação é tema de responsabilidade da sociedade, enfim, das duas instâncias sociais. Nesse sentido, esse estudo afirma, conforme Demo (2001) que “dizemos que participação é conquista para significar, que é um processo, no sentido legítimo do termo: infindável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo” (p.18)

Assim, não há como definir um conceito sem a interação com outros indivíduos, mas implica em compreender em que consiste a participação para os pais na vida escolar, porque, esse conceito não tem o mesmo significado para toda sociedade.

Esse estudo defende a coerência entre diferentes atores expostos sobre seus próprios conceitos, pois foram criados em uma determinada realidade. A matéria sete, considerando a Tabela 1, expõe esse sentido.

Alejandra explicou que a participação dos pais é fundamental para o desempenho escolar. Segundo ela, a família e o contexto socioeconômico facilitam esse desempenho. O que a gente percebe em outras pesquisas qualitativas é que essas duas dimensões têm de estar equilibradas. Não adianta vínculo afetivo melhor sem a valorização da escola. Da mesma forma, o pai que valoriza a educação e não estabelece diálogo com o filho será pouco efetivo na educação, salientou.

Assim, nem o jornalismo educacional defende somente um sentido para participação, pois não há um modelo, como mostra a matéria oito, já citada, da tabela 1 do primeiro capítulo.

Patrícia Mota Guedes, especialista em gestão educacional da Fundação Itaú Social, afirma que o fato de a pesquisa revelar que os pais não são um público homogêneo indica a necessidade de personalização das relações entre responsáveis e escola. "Não existe um formato único ou certo. Em Boston, nos Estados Unidos, por exemplo, a prefeitura trabalha com uma escola itinerante para pais, em que há cursos e orientações que vão desde a nutrição dos filhos até a formação sobre os conteúdos que a escola dará naquele ano para as crianças", conta. Segundo Patrícia, esse tipo de ação deve ser feito por meio de políticas públicas. "A possibilidade de fortalecimento local da mobilização de famílias pela Educação é maior. O município é um ambiente bastante propício para isso, pois facilita a realização de ações sistêmicas", afirma. "Os pais valorizam a Educação e é preciso que eles sejam parceiros da escola, mas desempenhando os próprios papéis e não replicando o que acontece nela."

Assim, a responsabilidade de participação é para todos, inclusive, para o Estado. A Família e a Escola precisam cumprir o papel social esperado pela sociedade, mas a participação não pode ser passiva ou baseada em regulamentações que não são compreendidas por cada Instituição.

Por tudo o que foi dito, esse estudo partiu do princípio que não se pode ignorar a influencia do fator sócio cultural e do principio de igualdade social, reconhecendo que o direito à educação é para todos, mas esse só pode ser garantindo quando se pode “participar” efetivamente, como cidadão, na Escola.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi iniciada com incertezas e dúvidas em relação à temática, pois a realidade brasileira vem mostrando disputas sobre ideias e concepções no campo educacional. Da mesma forma, percebe-se a naturalização das desigualdades sociais, sem questioná-las e ao contrário, um imenso interesse para defender conceitos que favoreçam benefícios para uma determinada classe social. Isso me incomodava, mas era importante abrir os olhos às desigualdades presentes também na vida escolar das crianças. Assim sendo, a ideia inicial de uma pesquisa, relação Família e Escola, se ampliou na medida em que lia os recortes das matérias que tratavam do assunto. Era possível constatar a imprecisão de um conceito. Nesse sentido, assumi um novo maior: era preciso revelar as intenções das matérias jornalísticas para o campo educacional.

Com o campo empírico definido, buscou-se a identificar contribuições de um referencial bibliográfico que dialogasse com as categorizações retiradas das matérias: diálogo e regulações. Isso auxiliou definir o objetivo: definir os conceitos de participação da Família na Escola. E esse movimento afirmou a polissemia existente sobre o conceito. Assim, analisei em seguida algumas similaridades em alguns textos, para conhecer as ações que representam as práticas culturais de participação, e outras o conceito assume as formas como a Escola regula a relação e interação com a Família. Esse processo ainda se torna preocupante, porque se torna mais intenso nas escolas com os filhos de trabalhadores dos segmentos populares.

Assim, esse estudo me mostrou que atuais constantes mudanças no campo social e educacional, relacionadas às necessidades do mundo capitalista, parecem bastante relacionadas com a manutenção de sistema que não está preocupado com as desigualdades sociais, em especial, quando trata do capital cultural. Isso pode ser mais complexo, quando o Estado não se envolve no debate sobre participação em processos decisórios na escola, mais especificamente, em ações democráticas. Entender isso foi um grande passo para minha formação como futura pedagoga, pois o relacionamento e a interação entre a Família e Escola são fundamentais para o desenvolvimento de um trabalho pedagógico mais próximo das realidades dos alunos.

É fundamental afirmar a importância dessa relação/interação, bem como debater “como” deve ser bem estabelecida, reconhecendo que faz parte da responsabilidade social de várias Instituições sociais e não somente da Família e Escola. Mesmo reconhecendo diferenças possíveis e, assim, os papéis sociais destas, se torna imprescindível um diálogo e do que se espera de cada uma.

Por tudo o que foi dito, essa pesquisa finalizou-se com inquietudes maiores que a original e ainda motivadoras para a continuação de novas investigações: Qual é o conceito de participação democrática para famílias dos segmentos populares? Esse objetivo poderá ser desenvolvido, buscando contribuir com o campo acadêmico, observando posicionamentos políticos, econômicos e sociais, gerando novos olhares e questionamentos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas e contemporâneas** - São Paulo: Cortez, 2000.
- ALMEIDA, Luana Costa. **As desigualdades e trabalho das escolas: problematizando a relação entre desempenho e localização socioespacial**. Revista Brasileira de Educação, v.22, n. 69, abr.-jun. 2017
- APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. São Paulo, Atlas, 2009.
- BAKHTIN, M. (Volochínov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 13. ed. Trad. M. Lahud; Y. F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 2012.
- BEZERRA, Mirthyani; MARTINS, Leonardo. **Escolarização dos pais é decisiva no nível educacional dos filhos, diz IBGE**. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2017/12/15/so-46-dos-filhos-de-pais-sem-ensino-fundamental-tem-diploma-no-brasil.htm>>. Acesso em: 19 de março de 2018.
- BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação?** 3 ed. - São Paulo: Brasiliense, 1985. - Coleção primeiros passos; 95).
- BOURDIEU, Pierre. **A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura**. Tradução: Aparecida Joly Gouveia. Escritos de educação/ Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (organizadores). 11. ed. -Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?** São Paulo: Brasiliense, 1982. (Coleção Primeiros Passos).
- BRASIL. Constituição (1967). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.
- CASASSUS, Juan. **A escola e a desigualdade**. 2 ed. Brasília: Líber, UNESCO, 2007. 204 p.
- CÉNDON, Betariz Valadares; DE ALMEIDA, Paulo Eduardo Maciel; MEIRELES, Magali Rezende Gouvêa. **Comparação do processo de categorização de documentos utilizando palavras-chave e citações em um domínio de conhecimento restrito**. TransInformação, Campinas, 28(1):87-96, jan./abr., 2016.

**Conselho escolar: formação e participação.** Lucília Augusta Lino de Paula, Lia Maria Teixeira de Oliveira (organizadoras). - Rio de Janeiro: Outras Letras, 2014.

CORBUCCI, Paulo Roberto; ZEN, Eduardo Luiz. **O IDEB à luz de fatores extrínsecos e intrínsecos à escola: uma abordagem sob a ótica do município.** In: **Brasil em desenvolvimento 2013 : estado, planejamento e políticas públicas.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ; editores: Rogério Boueri, Marco Aurélio Costa. - Brasília : Ipea, 2013.

DA SILVA, Gisele Ferreira; RESENDE, Tânia de Freitas. **A relação família-escola na legislação educacional brasileira (1988-2014).** Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.24, n.90, p.30-58, jan./mar. 2016

DE JESUS, Érika Menezes; ESPÍNDOLA, Ana Lúcia. **"Eles não sabem participar, professora! Família e escola: Como tecer os fios dessa delicada relação?"** In: **Como alfabetizar? Na roda com professores dos anos iniciais** /Cecília M.A.Goulart e Marta Lima de Souza (orgs.).- Campinas, SP: Papirus, 2015.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. **Em busca de uma compreensão das relações entre família escola.** *Psicologia Escolar e Educacional*, vol.9, n.2, 2005.

DUBET, F. **As desigualdades multiplicadas ou as vicissitudes da igualdade.** In: **As desigualdades multiplicadas.** Trad. Sérgio M. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003. 76 p.

ESTANQUE, Elísio. **Classe média e lutas sociais: Ensaio sobre sociedade e trabalho em Portugal e no Brasil** - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.

ESTRÁZULAS, Jimi Aislan; MATOS, Sara. **O Jornalismo Educativo como gênero de Jornalismo Especializado.** Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte, Manaus, AM, 2013.

**Família brasileira, a base de tudo.** Silvio Manoug Kaloustian (organizador) - 10. ed. - São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2011.

**Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares.** Maria Alice Nogueira, Geraldo Romanelli, Nadir Zago (orgs.). 6. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

**Família: redes, laços e políticas públicas.** Ana Rojas Acosta , Maria Amalia Faller Vitale (organizadoras) - 5.ed. - São Paulo: Cortez: Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais - PUC/SP, 2010.

Fernando de Azevedo, Afranio Peixoto A. de Sampaio Doria, Anísio Spinola Teixeira, M. Bergstrom Lourenço Filho, Roquette Pinto, J. G. Frota Pessoa, Julio de Mesquita Filho, Raul Briquet, Mario Casassanta, C. Delgado de Carvalho, A. Ferreira de Almeida Jr., J. P.



- Fontenelle, Roldão Lopes de Barros Noemy, M. da Silveira, Hermes Lim, a Attilio Vivacqua, Francisco Venancio Filho, Paulo Maranhão, Cecilia Meirelles, Edgar Sussekund de Mendonça, Armanda Alvaro Alberto, Garcia de Rezende, Nobrega da Cunha, Paschoal Lemme, Raul Gomes (Organizadores). **O Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova (1932)**. In: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p.188–204, ago. 2006.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade: a sociedade brasileira em transição**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.
- GONÇALVES, Gean Oliveira; MONTEIRO, Gabriel Ferreira. Educar ou informar: dilemas do jornalismo educacional nos jornais de São Paulo. In: Pesquisa e Extensão da Universidade Mackenzie, 2013.
- IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 2017.
- NOGUEIRA, Maria Alice. **Relação família escola: novo objeto na sociologia da educação**. Paideia, FFCLRP-USP, Rib. Preto, Fev/Ago 98.
- NÓVOA, António. **Desafios do trabalho do professor no mundo contemporâneo**. Sindicato dos professores de São Paulo. 2007.
- OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.
- PELEGRINI, Rodrigo. **Jornalismo e jornalistas de educação no Brasil: um olhar multifocal sobre história, estrutura, agentes e sentidos**. São Paulo, 2015.
- PIMENTEL, A. **O método da análise documental: seu uso numa pesquisa histórica**. Cadernos de Pesquisa, n.114, p.179-195, nov., 2001.
- PNAD 2014: nível de escolarização dos pais influencia rendimento dos filhos. IBGE - Agência de Notícias. Disponível em: < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/9472-pnad-2014-nivel-de-escolarizacao-dos-pais-influencia-rendimento-dos-filhos>>. Acesso em: 19 de março de 2018.

RAMOS, Lauro; REIS, Mauricio Cortez. **Escolaridade dos pais, desempenho no mercado de trabalho e desigualdade de rendimentos**. Rev. Bras. Econ. vol.65 n.2, Rio de Janeiro. Abr./Jun, 2011.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.

SANCHES, Mônica. **Brasil tem quase 12 milhões de analfabetos, diz IBGE**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2017/12/brasil-tem-quase-12-milhoes-de-analfabetos-diz-ibge.html>>.

SAWAIA, Bader. **Exclusão ou Inclusão perversa? As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. SAWAIA, Bader (Orgs.). Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M. de; EVANGELISTA, O. *Política Educacional*. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira : 2017 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2017 147p. - (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, ISSN 1516-3296 ; n. 37)

SNYDERS, Georges. **Escola, classe e luta de classes** (tradução Leila Prado) - São Paulo: Centauro, 2005.

SOUZA, Maria Ester de Prado. **Família/Escola: A importância dessa relação no desempenho escolar**. In: Programa de Desenvolvimento Educacional. Santo Antônio da Platina – Paraná, 2009.